Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"
24 a 25 de setembro de 2020

Volume XIV, n. 9, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

Eixo 9 - Relação com o Saber

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**
DOI: http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.09.09
Recebido em: **06/08/2020**
Aprovado em: **09/08/2020**

O CURRÍCULO COMO ELEMENTO NORTEADOR DA RELAÇÃO COM O SABER: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM INHAMBUPE - BAHIA; THE CURRICULUM AS A GUIDING ELEMENT OF THE RELATIONSHIP TO KNOWLEDGE: EXPERIENCE REPORT IN INHAMBUPE - BAHIA; LE PROGRAMME DÉTUDES COMME DIRECTEURS ÉLÉMENT DU RAPPORT AU SAVOIR: EXPÉRIENCE EN RAPPORT INHAMBUPE BAHIA.

LUZINETE DA SILVA FIGUEIREDO
https://orcid.org/0000-0001-5571-819X

RESUMO: Compreender a importância do currículo no processo de formação escolar, é também entende-lo como documento oficial no qual se pode incluir questões como diversidade, singularidade, respeito, aspectos culturais, econômicos locais. A elaboração de um currículo cujo respeito às identidades é uma realidade, é colaborar para que as próximas gerações se libertem das aprendizagens poucos significativas, distantes da sua realidade, que não contribuem para uma relação com o saber de forma positiva. Este relato de experiência, formata a alegria de uma professora que ao longo de 37 anos, se viu presa as regras de currículos impostos de cima para baixo, mas que no momento foi possível contribuir para a elaboração do currículo municipal local, no qual a história, a diversidade, a singularidade, a economia, o meio ambiente Inhambupense passam a fazer parte da construção escolar dos alunos que por elas passam. Trata-se de um trabalho cuja perspectiva de mudança positiva no processo escolar municipal é o maior objetivo, de forma que as relações com o saber promovidas pelo novo currículo, venham efetivamente construir uma educação humanizada.

ABSTRACT: Understanding the importance of the curriculum in the school formation process is also to understand it as an official document in which issues such as diversity, uniqueness, respect, local cultural and economic aspects can be included. The elaboration of a curriculum whose respect to identities is a reality, is to collaborate so that the next generations are freed from the little meaningful learning, far from their reality, which do not contribute to a positive relationship with knowledge. This experience report, shapes the joy of a teacher who, over 37 years, found herself bound by the rules of curricula imposed from the top down, but who at the moment was able to contribute to the elaboration of the local municipal curriculum, in which the history , diversity, uniqueness, economy, the environment Inhambupense become part of the school construction of students who pass by them. It is a work whose perspective of positive change in the municipal school process is the main objective, so that the relations with knowledge promoted by the new curriculum, will effectively build a humanized education.

RESUMEN: Comprendre l'importance du programme dans le processus d'éducation scolaire, c'est aussi le comprendre comme un document officiel dans lequel des questions telles que la diversité, l'unicité, le respect, les aspects culturels et économiques locaux peuvent être incluses. L'élaboration d'un curriculum dont le respect des identités est une réalité, c'est collaborer pour que les générations futures soient libérées du peu d'apprentissage significatif, loin de leur réalité, qui ne contribue pas à une relation positive avec la connaissance. Ce rapport d'expérience, façonne la joie d'une enseignante qui, en 37 ans, s'est trouvée liée par les règles des curricula imposées de haut en bas, mais qui a pu pour le moment contribuer à l'élaboration du curriculum municipal local, dans lequel l'histoire , diversité, singularité, économie, environnement Inhambupense s'intègre dans la construction scolaire des élèves qui passent par eux. C'est un travail dont la perspective de changement positif dans le processus scolaire municipal est l'objectif principal, afin que les relations avec les connaissances promues par le nouveau curriculum, construisent effectivement une éducation humanisée.

INTRODUÇÃO

À Educação, é dada a função antropológica de garantir a continuidade da espécie, socializando para às novas gerações as aquisições e invenções resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade. Para isso faz-se necessário a elaboração de estruturas que venham possibilitar a pratica educativa humanizada, ou seja, processo pelo qual todo ser humano passa para se apropriar do conhecimento historicamente constituído. Dentro desse contexto, o currículo escolar é um instrumento de relevante importância, pois configura os aspectos que devem ser estudados, transmitidos para as gerações. Ao longo dos anos, a história da educação do Brasil foi marcada por currículos que privilegiavam a história dos dominantes, colocando de fora a singularidade dos povos dominados.

Este trabalho traz um relato de experiência em que, depois de 37 anos de chão de sala de aula, a professora passa a fazer parte da construção do currículo escolar do Município de Inhambupe, vivendo a oportunidade de inserir neste, os aspectos da história, cultura, economia local. Contribuir para que a aprendizagem da realidade em que os alunos estão inseridos, seja uma prática efetiva ao longo dos anos escolares, é entender que o currículo passa a promover um conhecimento significativo, que não se distancia da esfera em que está localizado, tornando-se um elemento que contribui para a formação de uma escola humanizada e humanizante, com a qual o aluno se identifica, se constrói e se reconstrói, sem contudo se afastar dos conhecimentos científicos necessários para a vida em sociedade.

Para que se compreenda melhor o processo de construção do currículo municipal, faz-se necessário entender a educação como um "movimento", através do qual os conhecimentos entre as gerações vão sendo transmitidos, ampliados, dando continuidade ao processo de criação da espécie humana. É pela educação que se tem contato com os saberes do passado, possibilitando aos indivíduos conhecerem sua história e a transportarem para o futuro colocando nela um pouco de si e retirando dela o que lhe é de interesse. É essa dinâmica de conhecer e fazer-se conhecer, que a continuidade da espécie humana se mantem viva, por meio dos elos dos conhecimentos construídos e que devem ser por todos experimentados.

Não se busca aqui esgotar as possibilidades de discussão em relação ao currículo, o papel da escola, o processo de aprendizagem, até porque, compreende-se que o ser humano está em constante formação, muito ainda tem que se aprender sobre esse processo. Mas, trata-se de uma experiência vista como um divisor de águas, a construção de um currículo que permite a inserção de elementos culturais dos dominados, a inserção da "história vista de baixo", sob o ângulo dos que nunca tiveram voz e vez. Este é a grande perspectiva de mudança.

CURRÍCULO – BREVE HISTÓRICO

Ao falar sobre currículo, faz-se necessário uma caminhada até chegar ao modelo que se tem hoje, é preciso contextualizar o espaço em que o currículo está inserido, a "escola", seu papel e significado no processo de transmissão do conhecimento para a humanidade. A escola foi criada há cerca de 4500 anos atrás, os seres humanos, movidos por diferentes objetivos e perspectivas, continuam frequentando esta até a atualidade. Nessa perspectiva, para Lima (2007, p. 17), a escola existe para "fazer cumprir o objetivo antropológico, de garantir a continuidade da espécie, socializando para as novas gerações as aquisições e invenções resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade." A transmissão de conhecimentos de uma geração para outra faz permanecer viva a espécie humana, sua subsistência é garantida através da apropriação cultural permanente entre as gerações.

A criação e acumulação de saberes pelas diferentes culturas ao longo dos mais diversos espaços geográficos tem se intensificado nos últimos anos, as novas tecnologias tem encurtado distâncias, e os conhecimentos além de ampliados, tornaram-se extremamente diversificados. À escola nesse contexto, é o espaço designado para efetivar a transmissão desses saberes, as mudanças ocorridas no desenvolvimento cultural da espécie humana para os que a ela chegam, assim, o professor torna-se o elemento adulto através do qual, por meio da associação entre tempo, espaço e elaboração de tarefas especificas, faz acontecer o processo de humanização dos que a ela chegam. Se já nascemos humanos, em que consiste exatamente o "processo de humanização"? Para Lima (2007),

> Na antropologia, humanizar é o processo pelo qual todo ser humano passa para se apropriar das formas humanas de comunicação, para adquirir e desenvolver os sistemas simbólicos, para aprender a utilizar os instrumentos culturais necessários para as práticas mais comuns da vida cotidiana até para a invenção de novos instrumentos, para se apropriar do conhecimento historicamente constituído e das técnicas para a criação nas artes e criação nas ciências. (LIMA, p. 18)

Humanizar diz respeito ao desenvolvimento cultural da espécie humana, ou seja, para a mesma autora, "é função do momento histórico pelo qual passa a humanidade e do quanto cada país participa do acervo de cultura, tecnologia, ciências e bens disponíveis a um dado momento" transmiti-los aos povos que estão chegando. Acessibilizar esses conhecimentos para as diferentes gerações por meio da escola, é garantir a continuidade do processo de humanização, do direito de que novas gerações tenham domínio de conhecimento em relação aos avanços alcançados anteriores ao seu tempo. Para que a escola possa efetivar seu papel social educativo, compete ao currículo escolar, de forma democrática, objetivar a humanização de todos que adentram seus muros, contribuindo para que estes conheçam, entendam, analisem, critiquem, construam e reconstruam saberes que até então não estavam acessíveis.

Nesse contexto, à escola,

> [...] foi constituída na história da humanidade como o espaço de socialização do conhecimento formal historicamente construído. O processo de educação formal possibilita novas formas de pensamento e de comportamento: por meio das artes e das ciências o ser humano transforma sua vida e de seus descendentes. A escola é um espaço de ampliação da experiência humana, devendo, para tanto, não se limitar às experiências cotidianas da criança e trazendo, necessariamente, conhecimentos novos, metodologias e as áreas de conhecimento contemporâneas. O currículo se torna, assim, um instrumento de formação humana (LIMA, 2007, p. 19).

Por ser a escola o espaço de excelência na transmissão do conhecimento entre as gerações, a esta compete formular meios que melhor atendam ao processo de aprendizagem desses novos saberes. É nesse contexto que o currículo se faz presente, como o mecanismo de elaboração especifica dos saberes a serem reproduzidos, ou seja, em se tratando da origem do lexema currículo, proveniente do étimo latino *currere*, significa caminho, jornada, trajetória, percurso. O termo currículo traz em si uma diversidade de considerações em relação a sua origem e aplicabilidade, ele se apresenta de diferentes maneiras ao longo da história da educação. O currículo é um elemento educativo que ao ser elaborado, remete aos valores econômicos, políticos, culturais predominantes na população que o construiu. Assim, é possível perceber que,

> Há muitas definições de currículo: conjunto de disciplinas, resultados de aprendizagens pretendidas, experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes, princípios orientadores da pratica, seleção e organização da cultura. No geral, compreende-se currículo como um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade para a formação dos alunos; é tudo que se espera seja aprendido e ensinado na escola. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p. 362)

Se a sociedade está em constante mutação, os instrumentos culturais que são utilizados no processo de mediação do desenvolvimento dos seres humanos, também sofrem mudanças, como é possível perceber em relação aos avanços tecnológicos e científicos, por exemplo. Assim, estudar currículo e compreendê-lo efetivamente, é situa-lo historicamente, perceber quais os conhecimentos que são pertinentes no momento, que língua se usa na época, quais as práticas culturais que emergem em cada momento histórico. Nesse contexto, o currículo deve estar aliado a realidade, não era possível ensinar conhecimentos da tecnologia a cinquenta anos do passado, tanto quanto não se pode passar hoje por uma escola, sem que dele se aprenda um pouco. Os conhecimentos viabilizados pelo currículo tendem a ser atuais e necessários para a vida. Para Lima (2007),

> O conhecimento torna-se não somente uma aquisição individual, mas uma das possibilidades de desenvolvimento da pessoa que terá reflexos na vida em sociedade. Formar a pessoa para situar-se, inclusive, como membro de um grupo passa a ser, também, um objetivo de uma educação escolar voltada para a humanização. O conhecimento individual de cada um tem, também, uma dimensão coletiva. Ele pode, ou não, ser disponibilizado para todos, dependendo da concepção pessoal de cada um. O conhecimento é um bem comum, devendo, portanto, ser socializado a todos os seres humanos. O currículo é o instrumento por excelência desta socialização. (LIMA, 2007, p. 21/22).

Sendo o conhecimento um bem comum, que pertence a um indivíduo, mas que também pertence ao meio social em que este vive, deve ser transmitido a todos de maneira que este, o conhecimento, não fique restrito a um determinado grupo, mas que seja dinâmico o suficiente para que a todos alcance. A partir dessa visão sobre educação, o currículo pode ser compreendido como um elemento representativo do tempo histórico em que está inserido, este elenca os elementos norteadores da aprendizagem em um determinado tempo e espaço. Partindo desse condição, faz-se necessário compreender como o currículo escolar se apresentou em diferentes momentos da educação brasileira, o que se objetivava a partir deste, quais as forças que estavam representadas nos modos de ensinar e, principalmente no que ensinar.

A Educação escolar no Brasil nasce com base colonizadora católica, estruturada pelos religiosos da Companhia de Jesus, tinha como objetivo salvar almas para a Igreja Católica, tanto quanto formar mão de obra para a exploração das novas terras, garantindo o lucro para os colonizadores. Nesse sentido, é interessante perceber que a escola brasileira emerge nas missões jesuíticas, lideradas inicialmente pelo Padre Manoel da Nóbrega, como formas iniciais de escolas implantadas nas terras atlânticas do Brasil. As escolas atendiam aos indígenas que se deixavam dominar e os filhos de fazendeiros, a elite agraria dominante, não se efetivava uma educação democrática, mas uma escola elitista que perdurou por muitos anos, até a Reforma Pombalina, quando os Jesuítas foram expulsos das terras brasileiras.

Esse modelo de escola,

> Rigidamente amparado numa concepção religiosa de mundo, o período forjou uma escola de racionalidade dedutiva, que defendia o ensino das verdades consagradas pelo cânone escolástico, complementado, sobretudo, pelo currículo das sete artes liberais (*trivium e quadrivium*), bem como de algumas atividades práticas. Daí o caráter disciplinador que encontrava eco também nas demais tendências tradicionais do ensino, cuja perspectiva era a formação do homem universal, imutável e objeto de uma essência pré-determinada. A sequência formal dos cinco passos – a preleção, a contenda, a memorização, a expressão e a imitação – reforçava o espírito um tanto quanto militar que tinha fundado a Companhia (PAIVA, 2015, p. 201).

A escola brasileira, historicamente, traz em seu bojo um aspecto de dominação, inicialmente os colonizadores, anos depois a centralização do poder nas mãos dos militares, seguindo modelos de escolas com currículos fechados, estruturados para atender as necessidades especificas de governos que impunham as diretrizes de formação aos estudantes que adentravam as escolas, lembrando que até o final do século XX, eram bem poucos que tinham essa oportunidade. A escola inclusiva como se tem atualmente, vem se efetivando durante os vinte anos desse novo século, como resultado de uma luta de longa duração entre o povo e os gestores. Por ser uma escola destinada a minoria, o ensino colonial era movido por um currículo elaborado para atender a uma pequena parcela que adentrava aos muros escolares, tratava-se da formação dos dominantes. Para os dominados, as escolas buscavam reproduzir as questões de obediência, de preparação de mão de obra, o domínio da língua e a reprodução da fé católica.

O currículo era o instrumento de dominação ideológica através do qual as escolas traziam fechados os conhecimentos e regras de funcionamento das instituições escolares ao longo dos anos. O papel da escola era de reprodução da sociedade vigente, classificatória, elitistas cujos conhecimentos para a vida em sociedade eram destinados aos filhos dos brancos dominantes. As Universidades só chegaram ao Brasil com o advento da vinda da Família Real para o Brasil, até então, o Ensino Superior era feito na Europa, destinado também, aos filhos dos donos das riquezas. O longo convívio com esse modelo de escola, o currículo não fugia a regra, estava traçado para oferecer conhecimentos que atendiam a uma classe em detrimento a outras menos abastadas. Pensar a escola democrática, com direitos iguais para todos e como efetivação dos Direitos Humanos só vai acontecer, a nível do Brasil, a partir da Constituição de 1988, momento que marca o fim da Ditadura Militar no País e a abertura para novos ideias que buscavam envolver a tão diversa e miscigenada população brasileira.

É interessante reiterar que, a História da Educação do Brasil esteve durante mais de trezentos anos sob o domínio de uma colonização de exploração, localizada em uma sociedade elitista, escravocrata, cujo Estado e Religião andavam juntos. Se a escola, consequentemente o currículo também, eram a representação da sociedade em que estavam inseridos e buscavam atender aos objetivos desta realidade, é possível compreender como funcionava o processo educativo do período, a quem deveria ser transmitido os conhecimentos científicos, quais eram os merecedores de ter as habilidades desenvolvidas. O currículo fechado ás ideias das mentes restritas que dominavam as novas terras e, consequentemente as riquezas que estas podiam produzir, a humanização não se efetivava.

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Por se tratar de um relato de experiência, é relevante salientar que sou professora da Rede Estadual e Municipal de Ensino, cujo processo de formação do Ensino Fundamental e Médio aconteceu durante o Regime Militar, entre os anos de 1970 e início de 1980, no qual o ensino do pais era marcado pelo estudo de disciplinas como OSPB – Organização Social e Política Brasileira e EMC – Educação Moral e Cívica, cujo objetivo era preparar os alunos para uma visão positiva da Pátria, respeito a

organização social sem reivindicar ou contestar as leis impositivas, além do respeito a moral e ao civismo, vistos como de fundamental importância na época. Além dessas disciplinas, a Educação Física entra para o currículo como forma de preparar, indiretamente, a grande massa de jovens que povoavam o território nacional, para o serviço militar e, os possíveis conflitos que viessem existir no país.

Tratava-se de um país agrário, uma representativa população ainda viviam na zona rural, sobrevivendo da agricultura familiar, eram em grande parte analfabetos, a escola pública ainda não fazia parte da realidade de muitos jovens e adultos que tinham que optar entre trabalhar para sobreviver, ou estudar. A escola rural não existia, para estudar a população tinha que se deslocar e viver na cidade, sem condição de sobrevivência nos mercados das pequenas cidades, optavam por subsistir, permanecendo na zona rural e analfabetos. A escola, para muitos, era visto como um luxo, como algo distante da realidade em que vivam. Aprender a ler e escrever, era para os "ricos", como se falava a época. Como nasci em uma cidade pequena no interior do Nordeste, estudei até a quarta série primaria (equivale ao quinto ano do Ensino Fundamental I atualmente) em escola pública.

Para dar continuidade aos estudos, meu pai tinha que pagar a única Escola que tinha Ginásio e Segundo Grau, a CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, privada, pois tinham preços acessíveis, permitindo que filhos de famílias de baixa renda tivessem acesso aos estudos. A minha família era formada por nove filhos, mais os país, o sustento era caro, e pagar escola para tantos era mesmo muito difícil. Assim, meu pai reformava a escola todo fim de ano, e com o dinheiro que ganhava, deixava pago todo o ano letivo que chegava. Dessa forma fomos estudando, até que nos formávamos em Magistério, do qual saiamos com uma profissão. Com dezessete anos já era professora, faculdade só tinha na cidade vizinha e meus pais não tinham condições de me mandar estudar, fui procurar um emprego.

Tive a oportunidade de entrar no mercado de trabalho, passei a ser professora substituta da mesma escola em que tinha me formado, ensinando história. Iniciei a carreira do magistérios bem jovem, os alunos, eram as vezes mais velhos que eu, livro didático era raro, bibliotecas pouco atualizadas, os mimeógrafos eram o mais atual mecanismo de reprodução do material. Era mesmo uma realidade oposta ao que temos hoje em se tratando de recursos. Por outro lado, os alunos estudavam efetivamente, existia uma "responsabilidade" em relação ao processo de busca do conhecimento, perder de ano, "ser reprovado" era efetivamente uma vergonha. Cheia de medos e inseguranças, entrei na sala de aula, local em que me encontro até o momento, somam-se ai, 37 anos de chão de escola e giz.

A prática educativa não era vista como atualmente, todo o processo era pouco discutido, o currículo era sistematizado e implantado de cima para baixo, os conteúdos listados e aplicados aos alunos sem que se indagassem a efetividade dos mesmos para a vida dos que estavam envolvidos com o aprender. Tratava-se de uma escola tradicional em que o decorar e tirar boas notas era o suficiente, e assim era o cotidiano escolar. É pertinente lembrar que esse período não se contava com livros didáticos gratuitos, quem os tinha, eram comprados. A escola também não era para todos, como fora dito anteriormente, a escola de segundo grau pública chegou em 1983 no município de Inhambupe. Estudar era mesmo um luxo para a realidade da população que ali habitava.

Lembro-me que os planejamentos realizados em cada uma das unidades (eram 4 anuais), resumia-se a selecionar os conteúdos que iriam ser trabalhados em cada uma delas, elencar as datas das provas, sem projetos pedagógicos, objetivos específicos, conhecimento da realidade dos alunos, era mesmo a base do acreditar. Eram escolas sem coordenadores, cujas diretrizes não eram discutidas, a prática era um esforço diário para dar certo. Assim, não existiam projetos pedagógicos, a realidade do aluno era conhecida por ser uma cidade pequena, não necessariamente em busca de efetivar um ensino que atendesse aos anseios dos mesmos. A escola acontecia com bases solidas no querer, o professor queria e desejava ensinar e o aluno que ali estava, também se empenhava em aprender.

Diante desse contexto, é interessante perceber que tratava-se de uma educação em que o autoritarismo era uma realidade, uma tradição. A educação via currículo era pensada para o outro sem contudo ouvir o outro, o que efetivava um distanciamento muito grande entre a teoria e a realidade escolar. A educação era um sistema que já chegava pronto nas escolas, não se construía uma educação baseada na realidade dos alunos, da comunidade escolar, do contexto cultural em que esta estava inserida. Tinha-se um distanciamento efetivo entre a cultura local e os conteúdos estudados pelos alunos, não se elaborava uma sintonia entre o que se vive e o que se aprende, como forma de dar significado e contextualização ao processo de aprendizagem, estávamos tão distantes de uma prática pedagógica significativa, predominava a educação bancária, não se contestava e nem discutia, somente acatava.

Cinco anos depois que iniciei na profissão de professora, 1988, chega ao fim a ditadura Militar, e de forma democrática, nasce a Constituição Federal, promulgada em outubro do mesmo ano. Momento singular para um pais, cuja pobreza e analfabetismo assolava a população nordestina da qual faço parte. Conhecida como Constituição Cidadã, essa traz a efetiva regularização da educação como um direito humano que deve se tornar realidade para todos nesse grande Brasil. Acompanhada pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996), o Brasil faz nascer uma educação mais participativa, inclusiva, democrática, cujo objetivo é, além de ofertar "escola para todos", elaborar e efetivar uma educação de qualidade. Sabe-se que para se efetivar uma educação de qualidade, num pais em que o histórico não agrega esse valor, requer tempo, estudos e financiamentos.

O final do século XX e os 15 primeiros anos do século XXI foram marcados pela busca incessante de uma educação inclusiva e de qualidade para toda a população brasileira, com ofertas de matriculas para todas as modalidades de ensino, objetivou-se fazer adentrar os muros das escolas todos os que dela um dia foram excluídos direta ou indiretamente. Com o processo de inclusão efetivado, objetiva-se a elaboração e efetivação de um modelo de escola que venha atender as necessidades e especificidades das mais diferentes populações e culturas que formam a grande nação brasileira, respeitando seus valores, suas singularidades tanto quanto a diversidade que faz desse povo tão único e tão diverso ao mesmo tempo. Nesse contexto, opta-se pela Escola Integral, um movimento que vem acontecendo ao longo dos anos no Brasil, sua efetivação é desejo que nos remete a Anísio Teixeira, Paulo Freire entre outros.

A busca pela efetivação da Educação Integral no Brasil não é atual, mas tem suas origens ainda na década de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Trata-se de uma proposta cujo objetivo é a formação humana de forma integral, até porque, esta acontece ao longo da vida em todos os espaços, durante todo o tempo, ou seja, trata-se da trajetória individual e social que os sujeitos percorrem adquirindo valores, formas de pensar e de se organizar socialmente por meio de escolhas, preferencias e habilidades únicas e pessoais. Nesse contexto, à escola compete elaborar um processo de formação para os indivíduos atentando para todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural, no qual estejam como protagonistas, não só os estudantes, mas também as famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

A concepção de Educação Integral,

> [...] pressupõe o pleno desenvolvimento das pessoas nas diferentes etapas da vida, a centralidade do sujeito nas propostas educativas e a convicção de que a aprendizagem é fruto das relações do sujeito com tudo que o cerca: o meio, o outro, os objetos de seu conhecimento. [...], uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes (FREIRE, 2019, p. 21).

Trata-se de uma escola em que as dimensões de desenvolvimento integral envolve: a dimensão

física, emocional, social, intelectual e cultural. Ou seja, opta-se por uma educação que venha minimizar a situação de desigualdade social tão predominante no Brasil, "a multidimensionalidade do desenvolvimento evoca o reconhecimento e valorização das singularidades, das comunidades de práticas e das identidades étnico-raciais, de gênero e sexualidade, religiosas, territoriais, socioeconômicas, linguísticas, como partes estruturantes do processo educativo" (WEFFORT, 2019, p. 28). A Escola Integral idealizada pelo Brasil, busca garantir as crianças, aos jovens e adultos, ao povo brasileiro o direito de se desenvolver por meio da aprendizagem e construção de conhecimentos, elementos tão fundamentais para a vida em sociedade no mundo globalizado.

Com a idealização dessa Escola Integral, aos professores do Estado da Bahia fora feita a proposta de elaboração de um currículo que atendesse as especificidades dessa modalidade de ensino. Eu fui convidada a coordenar, junto com outros professores a elaboração do currículo de História do Município de Inhambupe, o que para mim é de uma importância grandiosa, pois fiz parte de outras realidades de ensino, e poder optar pela especificidade de um currículo municipal, é reconhecer quanto o caminhar junto a educação faz a diferença para tantos, como essa torna-se a única oportunidade de melhor compreender o mundo em que habita. Relatar essa experiência é compreender quanto as especificidades de um currículo pode agregar positivamente na vida dos que buscam na escola, novas formas de conhecimentos e aprendizagens significativas para a vida em sociedade.

Trata-se da importância de se efetivar uma relação com o saber, uma compreensão de mundo, para isso,

> Nas escolas de educação para o desenvolvimento integral é necessário que a construção de conhecimento articulada pelo currículo escolar fortaleça processos colaborativos e comunicacionais que facilitem a transposição de saberes e práticas entre a escola e a vida e entre a escola e o território. (FREIRE, 2019, p. 29).

É a tentativa de preparo para a vida e com a vida, é aprender com o mundo e para o mundo, é dominar conhecimentos de perto e de longe, é dar sentido ao que se aprende, e, principalmente aprender o que tem sentido para a vida, é a escola exercendo seu papel social de formação, de humanização em tempo integral.

A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO NA REALIDADE DE INHAMBUPE

A partir de reuniões entre os professores de História que aceitaram o convite para participarem da elaboração do novo currículo para a educação da Bahia, mesmo acontecendo online, foram momentos ricos e interessantes, pois o entusiasmo em ver acontecer o que se desejava e necessitava ao longo dos tempos, era realmente emocionante. O processo aconteceu inicialmente, a partir do estudo do conceito de Currículo, Escola Integral, tomando por base os documentos oficiais que respaldam a Politica Curricular, desde a Constituição Federal em vigor, passando pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, o PNE – Plano Nacional de Educação, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, a Agenda 2030, a ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, adentrando pela DCRB – Documento Curricular, Referencial da Bahia e, por fim o LDBEM – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal.

A partir dos marcos legais que estruturam a construção de um currículo que viabilize aos alunos o direito de aprender e edificar projetos de vida, no qual a valorização da diversidade e dos diferentes contextos sociais sirvam como marcos orientadores para os processos educativo, possibilitando a interatividade, o diálogo e práticas exitosas, é sobretudo, fazer do currículo um elemento vivo, efetivo, coerente e transformador de vidas. Trata-se de diminuir as distâncias entre o saber do livro e

a prática efetiva deste saber na realidade em que o aluno está inserido, é torna-lo significativo, compreensivo, é possibilitar uma relação com o saber que o mova em busca de novos saberes. Saberes que não se apaguem com o tempo, mas saberes que evoluam, crescem, sejam estímulos para a busca de outros saberes.

Com base no Plano Estadual de Educação (PEE), foi possível elencar os princípios que convergem na educação baiana, expressos nas diretrizes que orientam, são eles:

> I. Erradicação do analfabetismo;
>
> II. Universalização do atendimento escolar;
>
> III.Superação das desigualdades educacionais, com ênfase no desenvolvimento integral do sujeito, na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discri-minação;
>
> IV. Melhoria da qualidade da educação;
>
> V. Formação para o desenvolvimento integral do sujeito, para a cidadania e para o trabalho, com ênfase nos valo-res morais e éticos nos quais se fundamenta a sociedade;
>
> VI. Promoção do princípio da gestão democrática da educa-ção no Estado;
>
> VII. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado;
>
> VIII. Valorização dos profissionais da educação;
>
> IX. Promoção dos princípios do respeito aos direitos huma-nos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (DCRB, 2019, p. 38).

Esses princípios estaduais devem fazer parte dos princípios municipais, cada um dos itens elencados devem se fazer presente do documento oficial municipal, pois, parte-se de uma realidade maior para a situação local, respeitando as singularidades municipais de cada uma das comunidades. A seguir, após as leituras dos documentos oficiais, a compreensão da importância da elaboração do novo currículo, passa-se a discutir a realidade local, os elementos culturais que podem ser inseridos no contexto de Inhambupe. Esta situação de respeito a diversidade e liberdade de elaboração do novo currículo, se concretiza no DCRB – Documento Curricular, Referencial da Bahia (2019, p. 26), ao afirmar que:

> A escola tem potencial político, inteligência institucional e ope-racional para se apropriar das políticas curriculares com respon-sabilidade e, também, propor singularidades curriculares com pertinência, considerando que o "direito à aprendizagem e ao de-senvolvimento" dos estudantes e dos professores deverá sempre ser tomado como perspectiva. Ou seja, pluralmente considerado, por mais que tenha de pleitear como compromisso coletivo "o bem comum", socialmente referenciado, a partir da Educação.

Este mesmo documento,

> [...] considera as diversas iden-tidades que caracterizam a Bahia, atribuindo às escolas o desen-volvimento de competências voltadas à contextualização,

> ao apro-fundamento e à construção das pluralidades e singularidades dos seus territórios. [...]apresenta orientações que respeitem a au-tonomia dessas escolas como representantes de seu Território, evi-tando generalizações ou caracterização pormenorizada que causa-riam a exclusão de especificidades identitárias. (DCRB, 2019, p. 28)

Sobre a relação entre educação e território de forma contextualizada, o DCRB,

> [...] nos convoca a olhar para as singularidades e as pluralidades dos 27 Territórios de Iden-tidade do estado da Bahia, na tentativa de oferecer aos estudantes, sujeitos centrais da Educação, os percursos de formação escolar que dialoguem com o cotidiano e o desenvolvimento dos projetos de vida. Assim, a escola não deve perder de vista a potência do Território, situado no tempo-espaço concreto, para construção de identidades, como elemento constitutivo das práticas e da cultura humana. (2019, p. 28).

O respeito as diferenças, o fortalecimento da inclusão escolar e da efetiva elaboração de um currículo humanizado, com respeito ao bem comum tanto quanto às identidades dos envolvidos, faz desse momento na educação baiana, um divisor de águas, em que o olhar voltado para as singularidades e pluralidades dialoguem com os cotidianos, possibilitando novos modos de pensar a vida e reconstruí-las humanamente. A escola, nesse novo contexto que hora se desenha, assume o importante papel local no qual se efetiva o processo de formação dos estudantes que por ela passam, que por elas buscam novas formas de vida, de reconhecimento e respeito social. Assim, o DCRB fortalece este vinculo ao estabelecer que:

> Os Currículos dos Estados e Municípios, conforme preconizam os princípios e diretrizes da LDBEN, DCN, PNE, PEE reafirmados na BNCC, precisam reconhecer "que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas di-mensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica" (BRASIL, 2017), ou seja, numa perspectiva de formação integral e integradora dos sujeitos. (DCRB, 2019, p).

A experiência de construção do currículo de História para o município de Inhambupe, é poder inserir neste, elementos que outrora não era possível, é elencar os principais aspectos culturais das comunidades que constituem o território municipal, suas especificidades, ao tempo que possam dialogar com os aspectos globais, respeitando o modo de ser cada população, tanto quanto desenvolvendo o respeito por si mesmo, sem que estes se sintam inferiores aos outros como acontece. A título de exemplificar a questão do respeito as diferenças, vale contar aqui, com base na minha experiência quanto professora de História, as situações que se vive em sala de aula. Inhambupe é um dos mais antigos municípios baianos, com 124 anos de emancipação política, mas com uma história de comunidade Paroquial Católica de trezentos anos.

Nesse contexto histórico, Inhambupe traz em sua história os marcos da escravidão negra como é comum em toda a Bahia. Esse ano de 2020, a Escola de Samba Grande Rio, conta a história de "Joãozinho da Gomeia o Rei do Candomblé" um babalorixá que fez história em Caxias, Baixada fluminense tornando-se um ícone na luta em relação a intolerância e o preconceito. João Alves de Torres Filho nasceu e cresceu em Inhambupe, tornou-se uma referência religiosa no RJ, mas que o povo Inhambupense não conhecia. A Escola de Samba Grande Rio abre o desfile mostrando "as noites de Inhambupe", seu sincretismo religioso e os estudantes não têm conhecimento dessas tradições, dos elementos culturais que formam o povo e a cultura local. Nesse contexto, é importante

compreender que,

> A função da escola é ensinar os seus estudantes a refletir e produzir conhecimento para a transformação da realidade local e global. Trata-se, assim, de uma concepção curricular que aposta na função social da escola em materializar processos educativos que estejam a serviço de um conhecimento sistemático e de uma reflexão crítica e reflexiva da realidade, e, portanto, na capacidade de produzir processos formativos que gerem empoderamento, mudança de atitudes, novos hábitos e valores para seus sujeitos.

Quantos elementos culturais se perdem ao longo do tempo por não serem transmitidos de forma coerente pelas escolas, por não serem consideradas conteúdos importantes e que não podem morrer com o tempo. Tal qual Joãozinho da Gomeia, outros tantos negros, homossexuais, adeptos a religiões de matriz africanas são colocados de lado, não são devidamente valorizados por conta dos preconceitos que permearam o processo de aprendizagem ao longo dos anos. Daí a importância de estudar a história local, seus valores, seus elementos de pertencimento, compreender seu território. Entendendo que, "o que se propagou sobre território diz respeito a um duplo sentido: à terra, o território como materialidade, e aos sentimentos que o território inspira, por exemplo, medo (para quem é dele excluído) e satisfação (para quem dele usufrui ou com ele se identifica)" (DANTAS, 2008, p.7).

Ao estudar o território do qual faz parte, é também construir uma identidade fortalecida, é humanizar-se, é aprender muito sobre o que te pertence e desenvolver o sentimento de pertença em relação ao espaço em que convive. Assim, a construção do currículo remete ao estudo do território em seus diferentes aspectos, este, na sua dimensão política, "refere-se às relações espaço-poder, em geral, ou jurídico-político, que dizem respeito às relações espaciais que se estabelecem na esfera do Estado-Nação. O território, na sua dimensão cultural, que aqui nos é de grande importância, refere-se ao

> [...] conteúdo cultural ou simbólico-cultural que delimitam o território a partir da teia de representações e subjetividades que se enraízam em porção do espaço território, dando-lhe identidade. Nesse sentido, o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. (DANTAS, 2008, p. 7/8).

Outro aspecto do território que é bastante valorizado nessa nova concepção de currículo, diz respeito a dimensão econômica e natural, entendendo aqui que, "a vertente econômica (a que) focaliza o espaço como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais; e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho", já a dimensão natural difunde uma noção "baseada nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento natural dos homens em seu ambiente físico. A valorização das diferentes dimensões do território como forma de estudar o local sob diferentes ângulos, é aprofundar o conhecimento dos alunos em relação ao ambiente do qual faz parte, é valorizar e saber conviver com o que se tem, é poder produzir com respeito ao ambiente natural do qual também se é elemento.

A educação humanizada parte da valorização do local para o glocal, ou seja, compreende-se o que está perto para que se possa alcançar o global, é saber participar de ambos espaços de forma atuante e com respeito. Um currículo com objetivo de humanização, requer elaboração e pratica voltada para os conhecimentos locais, isso não quer dizer que os conhecimentos científicos sejam colocados de lado, mas junto a estes, tornam-se uma conjuntura em que a aprendizagem torna-se significativa,

mais perto da realidade dos envolvidos. Dessa forma, a educação se configura por processos e construções de qualificações, constituídas na relação com os saberes eleitos como formativos.

> A ação de construir conhecimento na escola envolve o educando, o educador e o conhecimento, formalmente organizado. Esta ação, todavia, insere-se no contexto sociocultural, uma vez que a escola não existe como instituição independente. Inserida no tecido social, a escola tem uma dimensão política que reflete na dinâmica da sala de aula e, evidentemente, na formação do ser humano. (LIMA, 2007, p. 52)

A Bahia é um Estado cuja diversidade cultural é a sua maior identidade, palco no qual nasceu o Brasil, o estado com maior número de afrodescendentes, berço da música e dos ritmos, tabuleiro de uma gastronomia única, incomparável, aspectos oriundos da forte miscigenação que a história nos presenteou. A elaboração de um currículo que possa inserir todos estes aspectos no processo de aprendizagem escolar humanizada, é também compreender o rompimento que ai se instala em relação as escolas do passado, fechadas, autoritárias e tradicionais. É ter a oportunidade de participar de um momento histórico em que o currículo torna-se o centro intelectual e organizador dos saberes glocais, respeitando as diferenças, as singularidades e, sobretudo, o eu e o outro.

A escola quanto espaço de aprendizagem, sempre teve dificuldades em lidar com a pluralidade cultural e as diferenças, adotando como alternativa o silêncio, a neutralização ou mesmo a homogeneização e a padronização dessas representações. A partir dessa nova proposta de currículo, em que se faz importante a abertura de espaços representativos da diversidade, saber conduzir o cruzamento das culturas no chão das salas de aulas é o grande desafio que as escolas devem enfrentar, pois,

> Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, p. 56).

Que assim seja.

CURRICULO E RELAÇÃO COM O SABER

A experiência de participar da elaboração de um currículo toma forma de um momento singular ao longo da minha profissional por compreender a relevância que este tem no processo de aprendizagem escolar, por se tornar possível a inserção de determinados conhecimentos que outrora não eram valorizados. O currículo elabora, seleciona, estrutura o processo pelo qual o conhecimento vai chegar até o aluno, e esta é a base, esta é mola que pode impulsionar ou não o processo de aprendizagem dos alunos. Sabe-se que existe nesse processo todo um aparato que fazem parte da aprendizagem, não só e exclusivamente o currículo, mas ele também. A questão do significado que a aprendizagem pode despertar no aluno, é, de grande valor, pois a relação com o saber acontece a partir do desejo, da busca, do querer.

Em consenso com o raciocínio anterior, segundo Charlot (2013), “homem não é dado, o homem é construído”, e esta construção acontece por meio de três diferentes formas, sendo a primeira

construção realizada pela própria espécie humana no decorrer da história, a partir dos seus movimentos e realizações históricas. A segunda construção humana ocorre a partir das relações de pertencimento em uma sociedade tanto quanto de uma cultura, construídas ao longo do tempo. Por fim a terceira construção diz respeito a singularidade, o homem é um ser singular, com sua própria identidade e modo de ser. A espécie humana, dentro dessa visão antropológica, não pode se formar sozinha, ele depende de outros para se efetivar quanto indivíduo, parafraseando Vygotsky, "o homem sem o outro não se faz homem".

Nesse contexto de formação humana, ainda segundo Charlot (2013), a educação é vista como um triplo processo, ou seja, "é um processo de humanização, de socialização, de subjetivação/singularização. São três dimensões indissociáveis, três processos que só podem acontecer graças a educação" (p. 167). Compreende-se que é pela transmissão realizada pela educação, que os conhecimentos entre as gerações são reproduzidos e mantidos, são as heranças culturais que vão passando de uma geração para outra. A escola que nega essa relação, que não reconhece os valores culturais dos mais diferentes grupos sociais que fazem parte da escola, e que se nega a transmitir para as gerações vindouras, é condenar uma cultura ao fim. Além disso, é negar ao indivíduo o direito de humanização, de socialização e de subjetivação/singularização.

Nesse sentido, é interessante perceber que o aluno é esse indivíduo que requer da escola a efetivação dos processos de humanização, socialização e subjetivação/singularização, ou seja, ele precisa conhecer o seu passado histórico, manter viva as relações sociais com a cultura da qual faz parte, para que seja possível se construir quando ser singular, com identidade própria. Dessa forma é preciso compreender que, para Charlot (2000),

> Não há relação com o saber senão a de um sujeito. Não há sujeito senão em um mundo e em uma relação com o outro. Mas não há mundo e outro senão já presentes, sob formas que pré existem. A relação com o saber não deixa de ser uma relação social, embora sendo de um sujeito. [...] o sujeito não tem, por um lado, uma identidade, por outro, um ser social: esses aspectos são inseparáveis (CHARLOT, 2000, p. 73).

Para que se compreenda melhor esse processo, a educação é vista como um "movimento", através do qual os conhecimentos entre as gerações vão sendo transmitidos, ampliados, dando continuidade ao processo de criação da espécie humana. É pela educação que se tem contato com os saberes do passado, que os indivíduos conhecem sua história e a transporta para o futuro colocando nela um pouco de si e retirando dela o que lhe é de interesse. É essa dinâmica de conhecer e fazer-se conhecer que a continuidade da espécie humana se mantem viva, por meio dos elos dos conhecimentos construídos e que devem ser por todos conhecidos.

> O homem nasce quase sem nada, mas quando ele nasce, ele chega em um mundo humano que o antecedeu. Ou seja, a essência do ser humano (o que faz com sejamos seres humanos) não é uma coisa que está dentro de nós; está fora de nós, na forma de patrimônio criado pela espécie humana no decorrer da história (CHARLOT, 2013, p .169/170).

Nessa linha de raciocínio, o currículo, ao ser elaborado, deve considerar a situação humana de inacabamento, ou seja, está sempre em construção, dessa forma a sua história, a cultura da qual faz parte, são elementos preponderantes no processo de formação, para que se construa, se conheça e possa aprofundar-se no conhecimento do passado e de compreender as possibilidades de elaboração do futuro. Ou seja, para Charlot (2013),

> O princípio da educabilidade é um princípio fundamental e permanente da

> condição humana: o ser humano nunca é completo, nunca pode se fechar, nunca coincide completamente com o que pode vir a ser. Não existe ser humano em si; por condição, o ser humano é certa realização social e cultural da humanidade (p. 170).

Entendida dessa forma, o princípio da educabilidade no qual o currículo está inserido e tem um papel importante, deve considerar a realidade em que está inserido, o contexto histórico, o espaço geográfico, o povo, para que dessa forma possibilite a inclusão dos elementos histórico-culturais que fazem parte da sociedade, mas que nem todos tiveram a possibilidade de conhecer. Que a educação seja efetivamente humanizada, seguindo currículos capazes de compreender que, "para sermos originais não podemos nos afastar do social; ao contrário, temos de atravessar o máximo possível de experiências sociais" (CHARLOT, 2013).

CONSIDERAÇÕES

A opção por uma relato de experiência, foi estimulada pela longa convivência de 37 anos no chão da sala de aula de escola pública, fazendo parte das suas mazelas e vitórias, das suas aprendizagens e de seus fracassos, sorrindo e chorando junto as classes menos favorecidas. Foi por compreender tão bem esse universo da escola pública, a realidade que envolve os alunos que ali adentram, que resolvi contar quão alegre foi para mim, mesmo que só no papel, por enquanto, elaborar um currículo que respeitasse a realidade dos alunos, que possibilitasse a efetiva compreensão do mundo em que estão inseridos. Era muito difícil, para mim, professora de História, elaborar aulas que ficavam soltas dentro de um contexto que não contava com outras aulas, conhecimentos e estruturas de aprendizagens, que validassem o que eu colocava como objetivo.

Elaborar um currículo que envolvam os conhecimentos locais, as histórias de vida, as representações sociais, o respeito pelo meio ambiente, pelo outro e por si mesmo, é promover o uso de uma linguagem municipal para relatar as experiências dos povos que habitavam a região, como viviam, o que ficou de legado para as outras gerações. É poder promover a percepção do que somos e como vivemos, é poder falar de elementos e fatos históricos dos quais os alunos possam também ter informações. Não existe nada mais triste para um professor de história, do que perceber que seu aluno de nono ano, não sabe o significado da imagem da bandeira do seu município, não conhece a origem do nome da sua cidade. Isso ocorre, não porque já não o tenha visto, mas porque era de forma tão fragmentada que não se tornava significativo.

A elaboração de um currículo, no qual seja possível estruturar a parte diversificada com base nos elementos culturais da Bahia, do município de Inhambupe, é entender que os aspectos históricos, econômicos, culturais locais serão estudados por todas os alunos que fazem parte das escolas locais, em todas as etapas de ensino. Fazer parte da elaboração do Currículo Escolar do Municipal de Inhambupe, mesmo se tratando de uma cidade de quarenta e dois mil habitantes, é contribuir para que este se torne um documento oficial, um instrumento que viabilize efetivamente a formação humanizada da população local, carregue em seus objetivos uma maior instrução do passado e do presente dos indivíduos que foram, ao longo do tempo, formando a história local, que precisam ser lembrados, conhecidos, respeitados e reconhecidos pelo legado que aqui deixaram.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, Formação de Professores e Globalização: questões para a educação hoje. 1ªed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber às práticas educativas. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

DANTAS, Maria Eugenia. MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Território e territorialidade: abordagens conceituais. UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2008

FREIRE, Helena Weffort. ANDRADE, Julia Pinheiro. COSTA, Natacha Gonçalves. Currículo e educação integral na prática: uma referência para estados e municípios. 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019.

LIMA, Elvira Souza. Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PAIVA, Wilson Alves de. O legado dos Jesuítas na Educação Brasileira. Educação em Revista. Educ. rev. vol.31 no.4 Belo Horizonte Oct./Dec. 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

*Professora da rede estadual e municipal de ensino. Licenciada em História - (UNEB), Pedagogia – (Faculdade D. Pedro II), Sociologia – (Instituto Leonardo Da Vinci). Bacharel em Teologia – (Instituto Leonardo Da Vinci). Especialista em Educação, História, Geografia, Sociologia e Teologia. Mestra em Ciências da Educação e Doutoranda em Educação pela – ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa – Portugal.